População ouro-pretana reivindica melhorias na educação



Durante a 14ª Reunião Ordinária de 2022, realizada nesta terça-feira (22), representantes da educação municipal fizeram uso da Tribuna Livre para falar sobre a situação das obras da escola Monsenhor João Castilho Barbosa e sobre a greve dos profissionais da educação da rede estadual em prol do piso salarial.

As obras na Escola Monsenhor Castilho Barbosa foram iniciadas com o intuito de readequar o ambiente, melhorando o espaço de aprendizagem para os alunos e professores. Porém, diante da irregularidade no cronograma de obras e falta de informação sobre o andamento da reforma por parte do Executivo Municipal, pais de alunos da instituição fizeram uso da Tribuna para cobrar respostas.

Conforme a representante da comunidade escolar da Barra, Ingrid Borges, os alunos estão sem estudar presencialmente desde novembro e algumas famílias não possuem a estrutura adequada para continuar efetivamente como ensino remoto. “A gente precisa saber quando que essa obra vai acabar. Se ela for demorar mais um tempo, queremos saber qual será a solução para as crianças. A aula on-line tem sido uma carga para as famílias. A maioria das atividades presenciais voltaram, as crianças precisam do convívio”, apontou.

De acordo o vereador Alex Brito (Cidadania), uma possível realocação dos alunos para um outro espaço, para que sejam realizadas aulas presenciais como medida provisória ajudaria, ainda que momentaneamente, a garantir um melhor ensino para os estudantes durante a reforma da escola. “Eu deixo aqui essa sugestão, estou à disposição de vocês, para gente montar um grupo de trabalho e ir até o Executivo para que nós voltemos já para as aulas presenciais”, disse.

O vereador e professor Matheus Pacheco (PV) falou sobre a situação da escola e da educação no município. “As salas estão sem os pisos, está faltando telhado, parte elétrica. Precisamos reverter esse cenário o quanto antes. E a preocupação de onde será a escola provisória é de quem está lá executando. Nós precisamos efetivar essas ações. Infelizmente quem executa não é a Câmara, mas a cobrança vai partir daqui. Pensando de forma pragmática, o que nós queremos um cronograma de obras correto. É necessário evidenciar a educação como, realmente, um agente que transforma a vida das pessoas na sociedade”, destacou.

Sobre a greve dos professores da rede estadual, segundo Rosane Maria Gonçalves, representante do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE), apesar do Piso Salarial ter sido aprovado em 2008, os profissionais da educação nunca foram contemplados com a medida.

Para o vereador Naércio Ferreira (Republicanos), a greve é uma forma legítima para pressionar o governo Estadual a cumprir a adesão ao piso salarial. “A luta dos professores da rede Estadual não é de hoje. Devemos realizar as representações, encaminhando e juntando todas as Câmaras Municipais fazendo um processo de cobrança e ao mesmo tempo requerendo uma atenção aos

trabalhadores, principalmente os que recebem menos”, ressaltou.

CLIQUE AQUI PARA RECEBER NOTÍCIAS E VAGAS DE EMPREGO NO WHATSAPP

https://mail.real.fm.br/noticia/2104/populacao-ouro-pretana-reivindica-melhorias-na-educacao em 07/11/2026 14:49